

A EDUCAÇÃO NEOLIBERAL E O PROCESSO DE “FASCISTIZAÇÃO” NO BRASIL

*Fernanda do Carmo Chiele **

RESUMO: O objetivo deste artigo é compreender as relações de poder que permeiam as decisões e reformas políticas neoliberais no âmbito da educação e quais os propósitos da implantação dessas políticas, bem como, enriquecer e ampliar a discussão sobre o processo de fascistização no Brasil e seus desdobramentos nas políticas educacionais. Sabemos que o termo neoliberalismo é bastante amplo, no entanto salientamos aqui que o neoliberalismo neste trabalho se configura como uma “racionalidade do capital” sentido utilizado pelo sociólogo Christian Laval. Para entender sobre o processo de fascistização, buscou-se subsídios nos estudos do professor Gilberto Calil. Ademais, para refletirmos sobre relações de poder, ideologia e hegemonia nos embasamos em uma ampla bibliografia, incluindo dissertações, teses e livros de autores que trazem análises elaboradas e que fundamentam nossa reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Fascistização; Neoliberalismo.

NEOLIBERAL EDUCATION AND THE PROCESS OF "FASCISTIZATION" IN BRAZIL

ABSTRACT: The aim of this article is to understand the power relations that permeate neoliberal political decisions and reforms in the field of education and the purposes of implementing these policies, as well as to enrich and broaden the discussion about the process of fascistization in Brazil and its consequences for educational policies. We know that the term neoliberalism is quite broad, but we would like to emphasize here that neoliberalism in this work is configured as a "rationality of capital" in the sense used by sociologist Christian Laval. In order to understand the process of fascistization, we looked to the studies of Professor Gilberto Calil. In addition, in order to reflect on power relations, ideology and hegemony, we drew on a wide bibliography, including dissertations, theses and books by authors who provide elaborate analyses that underpin our reflections.

KEYWORDS: Education; Fascistization; Neoliberalism.

* Mestranda em História, PPGH- UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: carmo.fernanda@escola.pr.gov.br. <https://orcid.org/0009-0008-9820-6942>

Introdução

As políticas educacionais neoliberais têm sido objeto de intensos debates e críticas. A educação neoliberal busca aplicar princípios de mercado e eficiência empresarial ao sistema educacional, essas políticas estão cada vez mais presentes em nossa sociedade. Conforme explica Laval (2019) a escola e a universidade sempre estiveram na mira das políticas neoliberais, pois esses são lugares fundamentais de formação de um certo tipo de subjetividade. O projeto educacional neoliberal foi concebido para realizar determinados objetivos ideológicos específicos.

O presente artigo ficou dividido em introdução, duas seções, duas subseções e as considerações finais. Na seção 1 procuramos elucidar o que é o processo de “fascistização” e como esse conceito é importante para compreendermos o contexto político brasileiro atual. Na subseção 1.1 iniciamos uma discussão sobre educação neoliberal e seus objetivos principais como a implementação de uma educação a serviço do mercado, analisamos ainda, a atuação direta do Banco Mundial e outros organismos multilaterais nos países periféricos como o Brasil.

Na seção 2, destacamos os ataques feitos pelos grupos fascizantes no âmbito da educação, com ênfase no Movimento Escola sem Partido (ESP), culminando no descaso do governo Bolsonaro a partir dos cortes orçamentários, e da promoção de projetos voltados à atender interesses ideológicos dos grupos de apoiadores. Já na subseção 2.1 apresentamos alguns exemplos da expansão do neoliberalismo nas políticas educacionais e também no sistema escolar. E finalmente as considerações finais.

O processo de fascistização

Para entendermos o contexto brasileiro atual precisamos voltar um pouco no tempo e analisar alguns fatos e acontecimentos que nos trouxeram até aqui, para início de conversa buscaremos refletir sobre o conceito de “fascistização” considerado como fundamental para compreensão da realidade e do processo histórico vivido recentemente e que teve seu ápice durante o governo de Jair Bolsonaro.

Pautado nas concepções de Antonio Gramsci, o professor Gilberto Calil (2020), promoveu uma intensa discussão sobre o processo de fascistização da política brasileira a partir das investidas da extrema direita, demonstrando as características próprias dessa forma de governo explícitas e implícitas no governo Bolsonaro,

Entendemos como especialmente importante para abordar a situação brasileira atual a compreensão de que a transformação do Estado democrático-liberal em Estado fascista não é repentina, mas se dá de forma gradativa, o que remete à noção fundamental de fascistização. Portanto é normal que durante o período em que este processo avança, observe-se a presença simultânea de elementos contraditórios e em conflito, como expressão de configurações estatais que remetem a regimes políticos incompatíveis. O

processo de fascistização inicia-se antes da chegada do fascismo ao governo, e segue avançando depois dela (Calil, 2020, p. 93).

Calil (2020) explica ainda, que a "fascistização" é um termo que pode ser utilizado para descrever um processo no qual elementos ou características associadas ao fascismo começam a se manifestar ou se tornar mais proeminentes em uma sociedade, governo ou instituição. O fascismo é uma ideologia política autoritária, muitas vezes caracterizada por um governo centralizado, nacionalismo extremo, controle rígido da sociedade e supressão de oposição política.

Nesse sentido, a "fascistização" pode ocorrer gradualmente, à medida que certas políticas, práticas ou valores inspirados no fascismo começam a ser adotados. Isso pode incluir restrições à liberdade de expressão, culto à liderança, militarização excessiva, intolerância em relação a grupos minoritários e a supressão de oposição política.

O sociólogo e filósofo italiano Maurizio Lazzarato (2019, p. 9), em seu livro intitulado *Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica*, incorpora em suas preocupações fatos como a eleição de Bolsonaro, e afirma que “o novo fascismo é a outra face do neoliberalismo”¹. Percebemos que a caracterização do governo Bolsonaro e a compreensão do processo de fascistização é fundamental para entendermos o contexto político e a intensa luta promovida pelos movimentos sociais contra os retrocessos deste governo.

A fascistização, os ataques e o descaso com a educação pública

No âmbito da educação temos alguns movimentos claramente fascistizantes como afirma Calil (2020), constituiu-se em 2004 o Escola sem Partido (ESP), tendo como eixo principal a denúncia da infiltração comunista nas escolas e transportando para o ambiente escolar a mesma abordagem que Olavo de Carvalho² direcionava à imprensa. Sua intervenção organizou-se em torno da denúncia contra professores supostamente doutrinadores e materiais didáticos esquerdistas.

O ESP vai ganhando espaço a partir de sua aproximação com a família Bolsonaro, que segundo Calil (2020) em 2014 permitiria a apresentação de projetos de lei baseados no Escola sem Partido na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (Carlos Bolsonaro) e na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Flávio Bolsonaro).

A interdição do debate de gênero – sob o pretexto do enfrentamento à propagação de uma suposta ideologia de gênero – foi decisiva para a consolidação da força do ESP e

¹ Lazzarato compreende o neofascismo como uma “mutação” do fascismo histórico, e explica o quanto a dimensão típica do fascismo histórico em mobilizar através de propostas de cunho social (ainda que estas ficassem apenas na retórica) foi completamente substituída, de forma que o novo fascismo “é mais nacional-liberal que nacional-socialista”.

² O ano de 2002, quando Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente, foi também o ano em que constituiu o Mídia sem Máscara, APH constituído por Olavo de Carvalho, que ao longo dos anos disseminou diversas concepções reacionárias e fascistizantes que posteriormente integrariam a ideologia bolsonarista (Calil, 2020, p. 72).

sua articulação com setores fundamentalistas da Igreja Católica (ligados à Renovação Carismática), pentecostais e neopentecostais. Trata-se de um movimento fundamental na projeção de Jair Bolsonaro, que, em sua campanha presidencial de 2018 utilizou-se fartamente da crítica à ideologia de gênero e à ditadura gayzista, propagando diversas fake news relacionadas a estas temáticas (Calil, 2020, p. 75).

Atrelado ao programa do ESP em conjunto com a bancada evangélica está a proposta de educação domiciliar, ambos os programas ganham um discurso sobre a defesa da família.

A ação de proteger a família é um símbolo significativo da investida neoconservadora brasileira atuante em eliminar programas de governo de cunho considerado feminista, em favor de direitos dos homossexuais e contra a interferência do Estado no domínio familiar. Logo, reivindicam-se medidas relativas à educação, a exemplo: o Homeschooling e a proibição de materiais contrários a diferenças naturais entre os sexos. Despendem-se expressivos esforços políticos na educação e acredita-se que a dominação da educação e a formação dos indivíduos fortalece o restabelecimento do controle local, parental e religioso. Os neoconservadores defendem o prevalecimento de privilégios familiares e ideológicos sobre as atribuições estatais (Porto; Mutim, 2020, p.8).

Essa disputa no campo educacional foi uma das estratégias utilizadas para articular grupos de extrema direita em torno de um elemento central: “a revolução gramscista”.

O pensamento propagado por Carvalho estrutura-se como uma grande teoria da conspiração, na qual o elemento central organizador é a tese de que, nos marcos de um suposto marxismo cultural, estaria em curso o plano de dominação marxista através do desenvolvimento de uma revolução gramscista. (...) Para Carvalho, o gramscismo seria um vírus altamente contagioso, de caráter sorrateiro e manipulador, destinado a fazer outras classes aceitarem o domínio comunista sem ter consciência do processo. A partir deste marco geral, Carvalho propugnava que a estratégia gramscista estaria baseada na destruição da família e na imposição de uma ditadura gayzista, e que o agente promotor desta estratégia seria o Foro de São Paulo (organização que reúne os partidos de centro-esquerda latinoamericanos). A despeito da variedade de temas e do caráter inusitado de alguns, o virulento anticomunismo é seu estruturador central (Calil, 2020, p. 73-74).

Chagas (2021), salienta que os projetos educacionais propostos entre 2019 e 2020 parecem ter sido elaborados para atender às demandas de grupos governamentais e políticos ideológicos, como neoliberais, neoconservadores, grupos religiosos fundamentalistas, segmentos militares e judiciais e grande mídia. Infelizmente, a educação não é vista como uma política de Estado que deveria atender às necessidades da população, especialmente daqueles com menor poder aquisitivo. Em vez disso, esses projetos parecem atender a interesses particulares e ideológicos dos grupos de apoiadores, incluindo programas de militarização das escolas e educação domiciliar.

Sobre esse assunto, podemos citar o trecho da obra *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*, salienta Antonio Gramsci que no decorrer da consolidação da escola como espaço de intencionalização do saber, verifica-se sua importância política e ideológica na luta de classes. A escola é um dos espaços da vida social em que as ideologias são disseminadas. A função ideológica que assume é exercida pelo

consenso como meio de legitimar a hegemonia da classe dominante sobre a outra classe (Gramsci, 2011, p. 267).

Vejam os que o autor Louis Althusser nos diz a respeito, para ele, os aparelhos de hegemonia são dispositivos que contribuem para a perpetuação das relações de poder existentes. Eles funcionam para moldar as percepções, crenças e comportamentos das pessoas de maneira a sustentar a ordem dominante.

Além de técnicas e conhecimentos, a escola também ensina ‘normas’ do bom comportamento, ou seja, atitude a ser observada por cada agente na divisão do trabalho, conforme o emprego ao qual esteja destinado: regras de moral, consciência cívica e profissional, que equivalem na verdade a normas de respeito pela divisão técnica e social do trabalho, em última instância, as normas da ordem estabelecida pela classe dominante (Althusser; Zizek, 1996, p. 108).

Althusser argumenta, que o poder não é apenas exercido pela repressão física ou coercitiva, mas também por meio da disseminação de ideias e valores que são internalizados pelas pessoas e aceitos como naturais. Através da ideologia, as pessoas internalizam as normas e os valores da sociedade em que vivem, aceitando-os como se fossem universais e naturais, mesmo que essas normas e valores sejam na realidade produtos de relações sociais específicas. Dessa forma, o autor nos coloca que a reprodução da qualificação da força de trabalho num regime capitalista se assegura através do sistema educacional capitalista e de outras instâncias e instituições (Althusser; Zizek, 1996, p. 108).

Sobre isso Chauí (2008, p. 108-109), salienta que uma classe é hegemônica “não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado” – controle jurídico, político e dos instrumentos de repressão da sociedade, mas “sobretudo porque suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação”.

Para Michael Apple (1996), a ideologia é uma ilusão entendida como abstração e inversão. Inversão é tomar o resultado de um processo como se fosse seu começo, tomar os efeitos pelas causas, as consequências pelas premissas, o determinado pelo determinante. Por ser um instrumento de dominação de classe, a ideologia tem como seu papel específico impedir que a dominação e a exploração sejam percebidos em sua realidade concreta; por ser o instrumento encarregado de ocultar as divisões sociais, a ideologia deve transformar as ideias particulares da classe dominante em ideias universais, válidas igualmente para toda a sociedade (Apple, 1996, p. 101-104).

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves em seu artigo *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe* publicado em 2010, explica que na visão gramsciana, em uma sociedade capitalista, os grupos que possuem melhores condições econômicas podem eventualmente exercer seu poder sob aqueles em situações mais vulneráveis. Portanto, é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática (Alves, 2010, p. 74).

Gilberto Grassi Calil (2014), explica que de acordo com Gramsci (2001), hegemonia é a combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria. Nesses termos, é possível definir Hegemonia como a capacidade de uma classe social ou fração de classe em estabelecer o horizonte ideológico no qual as demais classes se movem (Calil, 2014, p. 217).

Conforme Marilena Chauí, em *O que é Ideologia* (2008, p. 108-109),

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador [...].

Vimos que a extrema direita a partir dos movimentos fascistizantes reproduziu suas ideologias ao longo dos anos e promoveu diversas artimanhas para desqualificar a educação pública culminando no descaso total do governo Bolsonaro, que como afirma Chagas (2021, p. 24), “concentrou-se na formação do cidadão empreendedor, disciplinado e obediente”.

Diante desse cenário, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), destaca que

Com Bolsonaro, o país investiu menos em educação, da creche à universidade. Somente na educação básica a queda na aplicação de recursos foi de 13%. (...) Denúncias de corrupção também estiveram no gabinete do MEC e o então ministro da pasta Milton Ribeiro foi preso pela justiça. O ministério estava sendo frequentado por pastores evangélicos que intermediaram a liberação de recursos para prefeituras de aliados políticos. Ribeiro, que também é evangélico, chegou a ter bíblias produzidas com recursos públicos com fotos suas. Os principais acusados de fazerem lobby eram os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. (...) O retrocesso na educação sob o governo Bolsonaro não foi apenas nos cortes de verbas, mas as políticas ideológicas de extrema-direita que levaram como escola sem partido e criação de escolas cívico-militares, cujo orçamento foi triplicado como mostrou reportagem da CNTE e a ampliação da educação a distância (CNTE, 2022, p. 2-4).

E ainda, devemos acrescentar aqui o descaso e o abandono das escolas do campo. Houve um retrocesso na educação do campo. O presidente vetou integralmente o projeto de lei que incluiria na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o ensino diferenciado em escolas da zona rural (CNTE, 2022).

Neoliberalismo e educação no Brasil

Sabemos que o termo neoliberalismo³ é amplo e passível de diversas interpretações, porém o neoliberalismo tratado aqui vai além do campo econômico, o neoliberalismo neste trabalho se configura como uma “racionalidade do capital” transformada em lei social geral, um modo de subjetivação (Laval, 2019, *apud* Mordente, 2020).

A professora Giuliana Mordente da (UERJ), em sua tese de doutorado promove um vasto debate sobre neoliberalismo na educação, enfatizando em seu estudo que o neoliberalismo é um modo de subjetivação, um sistema que organiza nossas vidas, nossa subjetividade (forma de ser, estar e diferenciar o mundo, desejos e crenças), nossa educação, nossa cultura, nossos relacionamentos, nossos valores, de acordo com ela tudo passa pela lógica do mercado (Mordente, 2020).

Em uma sociedade neoliberal a educação está a serviço do mercado⁴, na década de 1990, o Banco Mundial e outros organismos multilaterais, avaliando os efeitos sociais desastrosos das políticas neoliberais, implementadas segundo suas orientações nos países periféricos, passaram a recomendar políticas sociais mais incisivas, porém aplicadas de forma focalizada. Ou seja, ao invés de garantias de direitos universais aos quais todos os cidadãos teriam acesso, incentivaram políticas de assistência social para os setores mais pobres da população, segundo critérios os mais rebaixados de cálculo da miserabilidade (Badaró, 2020, p. 140).

De acordo com Torres (1998), o Banco Mundial propôs aos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, um pacote de reformas educativas, destacando a prioridade sobre a educação básica, a melhoria da qualidade (e da eficiência/ rendimento escolar) da educação como eixo da reforma educativa, o rendimento escolar sendo julgado a partir dos objetivos e metas propostos pelo próprio equipamento escolar, sem questionar a validade, o sentido e os métodos de ensino daquilo que se ensina. O que conta é o “valor agregado da escolaridade”, isto é, o benefício do aprendizado e o incremento na probabilidade de uma atividade geradora de renda.

Um terceiro aspecto das medidas do Banco Mundial aos países em desenvolvimento é a prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa; propõe-se, a reestruturação orgânica dos ministérios, das instituições intermediárias e das escolas, o fortalecimento dos sistemas de educação (apontando de maneira específica de recolher dados em quatro itens: matrícula, assistência, insumos e custos), e a capacitação de pessoal em assuntos administrativos (Torres, 1998).

³ Para saber mais sobre o conceito de neoliberalismo acesse o site: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/29014/15997>.

⁴ Como explica Carcanholo (2017), em sua análise sobre a dependência econômica e a superexploração do trabalho, o neoliberalismo aprofunda as formas de transferência do valor típicas do capitalismo dependente e assim sustenta formas de ampliação da exploração, nas condições já vigentes nessas economias capitalistas dependentes de superexploração da força de trabalho.

E ainda, a descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados, descentralizar implica em uma alteração profunda na forma de exercer o poder político, significa o remanejamento do poder central, que passa a conferir autonomia política, financeira e administrativa às outras instâncias de poder público, envolvendo “necessariamente alterações nos núcleos de poder, que levam a uma maior distribuição do poder decisório até então centralizado em poucas mãos” (Lobo, 1990, p. 6).

Alessandro de Melo, em sua tese de doutorado intitulada *O Projeto Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a Educação Básica nos anos 2000*, apresentada em 2010 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), estudou em profundidade a proposta advinda da classe burguesa industrial brasileira para a educação básica, por meio da sua mais importante organização representativa, a Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com o autor, num claro posicionamento de luta hegemônica a ambição da burguesia industrial é transformar seu projeto de classe num projeto de nação (Melo, 2010, p. 87).

Ainda em consonância com Melo (2010), existe uma imperiosa necessidade de que o país passe por uma série de reformas que modificam favoravelmente ao capital o ambiente econômico e institucional.

Se por um lado quando se fala em ‘ambiente econômico’ a questão parece ser mais transparente, por outro lado, o chamado “ambiente institucional” refere-se, sem mais, a todo o conjunto da superestrutura da sociedade, e é por esta via que se consolida como “naturalmente necessária” uma série de reformas no âmbito das políticas sociais, como a educação, e dos sistemas que garantem a manutenção das bases estruturais da sociedade, marcadamente a defesa da propriedade privada, que são os arcabouços jurídicos, a ação do Estado com toda sua complexidade, as relações trabalhistas e sindicais, a reforma política entre outras (Melo, 2010, p. 87).

Jaqueline Boeno D’Avila (2018), em sua dissertação de mestrado, *As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular*⁵, explica que as políticas educacionais contemporâneas expressam novos contornos da relação entre público e privado que são demarcados pela articulação econômica, política e social entre três organismos internacionais centrais atualmente: Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

A autora afirma que esses organismos internacionais passaram a reorganizar as agendas educacionais dos países ditos desenvolvidos principalmente a partir da Conferência Mundial de Educação

⁵ D’Ávila explica ainda que a sociedade civil é localizada por Gramsci na superestrutura, isto é, como uma instância que busca formar a maneira de viver dos indivíduos em suas respectivas classes sociais, processo de formação que acontece pela produção de ideias, valores, crenças e ideologias. Já a infraestrutura é a base material que permite desenvolver as condições de produção da vida humana, pela qual se organiza a economia. Portanto, a sociedade política também situada na superestrutura refere-se aos aparelhos da classe dominante que exercem o poder e a hegemonia que permitem garantir a direção política e moral da sociedade em sua totalidade. De grosso modo, a superestrutura diz respeito às principais formas de organização da sociedade que são transmitidas e assimiladas pela cultura. Por meio da cultura (superestrutura) se consolida uma ideologia dominante que é produzida nas diversas relações sociais vinculadas ao trabalho, à educação e à religião (D’Avila, 2018, p. 46).

para Todos realizada em Jomtien (Tailândia) no ano de 1990. E ainda, fazem da educação uma mera mercadoria no âmbito do serviço da lógica capitalista, pois procuram interferir na condução das políticas educacionais brasileiras por meio das parcerias entre público-privado (D’Avila, 2018, p. 31).

D’Avila (2018) salienta, que os organismos internacionais aliados a setores da burguesia interna desencadearam um processo de destruição dos projetos nacionais e sua nova configuração pautada pelas influências neoliberais que culminaram na construção do Estado-mínimo.

Melo (2010) afirma ainda, que a educação básica tornou-se, a partir da década de 1990, o centro das políticas públicas de educação no Brasil. A disputa pelo projeto hegemônico em torno dela envolve os diversos setores da sociedade, em especial envolve os projetos advindos da classe trabalhadora e da burguesia, cada qual organizados em suas entidades representativas ou outras organizações.

A herança bolsonarista e a educação neoliberal

Vimos anteriormente que hegemonia é a combinação da força e do consenso, e a ideologia é um conjunto de representações, normas e condutas, nesse sentido, quanto mais difundida é uma ideologia mais estável se torna a hegemonia, havendo menor necessidade de violência. E ainda existem os mecanismos utilizados para introduzir, manter e reproduzir as ideologias. Um desses mecanismos é a escola.

Apple (1982, p. 98), na obra *Ideologia e currículo*, afirma que “as escolas não controlam apenas pessoas; elas também ajudam a controlar significados”. No sentido de que preservam e distribuem o que é considerado como o “conhecimento legítimo”, o conhecimento que todos devemos ter, as escolas conferem legitimação ao conhecimento de grupos específicos. Essa capacidade de um grupo tornar o seu conhecimento em “um conhecimento para todos” está relacionada ao poder desse grupo no campo de ação político e econômico (Apple, 1982, p. 98).

Apple (1996, p. 47), explica que antes de ser declarado legítimo, o currículo prescrito “passa por um conjunto complexo de filtros e decisões”. De acordo com o autor, trata-se de um “processo de controle simbólico, uma vez que estabelece acordos que permitem a criação do ‘conhecimento de todos’”, significando, um possível “consenso”, mas um consenso estabelecido entre desiguais, legitimando o conhecimento de quem hegemoniza a reforma curricular e deslegitimando o conhecimento de grupos subalternos.

Assim, a imposição da concepção de mundo da classe dominante que exerce o poder e a hegemonia permite garantir a direção política e moral da sociedade a partir de mecanismos utilizados para introduzir, manter e reproduzir as ideologias. Como apontado anteriormente por Calil (2020, p. 93), “o processo de fascistização inicia-se antes da chegada do fascismo ao governo, e segue avançando depois dela”.

Nesse sentido, podemos compreender que a herança bolsonarista vem sendo perpetuada mesmo depois de seu governo. Exemplo disso é a militarização das escolas nos estados de São Paulo e Paraná, e mais recentemente a aprovação do projeto “Parceiro da escola” que privatiza⁶ mais de 200 escolas no Paraná e abre precedentes para entregar a educação pública à gestão de empresas privadas.

De acordo com o Artigo 3º da proposta, o programa “poderá ser instituído em todas as instituições da rede estadual de ensino de educação básica, exceto nas instituições” de ilhas, de aldeias indígenas e comunidades quilombolas, da Polícia Militar, das unidades prisionais, que funcionem em prédios que não pertencem ao governo e nas que participem do Programa Cívico-Militar (Paraná, 2024, p. 1).

O sociólogo Christian Laval (2019), explica que a escola neoliberal tem como alicerce a eficiência, o desempenho e a rentabilidade. Desde o início da sua expansão o neoliberalismo mirou a escola, o sistema escolar e a universidade, pois esses são lugares fundamentais de formação de um certo tipo de subjetividade.

A partir dessa colocação precisamos ressaltar aqui os três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação, de acordo com Marrach (1996), além de atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa, deve tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários (adequando a escola à ideologia dominante). Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com a ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado (Marrach, 1996, p. 46-48).

Em seu estudo Mordente (2020) faz um mapeamento para compreender o neoliberalismo escolar (escola inovadora) que segundo ela está presente tanto na escola pública quanto na escola privada. A autora, analisa e divide o neoliberalismo escolar em cinco camadas:

- 1- Financeirização da educação (a atuação dos empresários no campo da educação, desde a década de 90 com a implantação de políticas liberais e o início das parcerias público-privadas, com um discurso de gestão eficaz versus gestão pública. Os grandes grupos vão abocanhando o ensino superior e posteriormente a educação básica);
- 2- Ethos empresarial (uma disputa de narrativas, uma naturalização do discurso da gestão eficiente, levando a um consenso a respeito dessa narrativa);
- 3- Mercantilização da educação (a educação de um direito fundamental passa a tornar-se um bem comercializável);
- 4- Balcão de negócios (compra e venda de escolas, a educação básica torna-se um nicho seguro para investimentos e monopólio de grandes grupos as ‘escolas- empresas’);
- 5- Sujeito neoliberal (aquele que é formado e tem habilidades, é capaz de enfrentar o mercado de trabalho sem questionar, é empreendedor/ autoexploração).

⁶ Mordente (2020), explica que o termo privatização não é capaz de analisar todo processo de atuação do empresariado na educação, transformar escolas públicas em escolas privadas é apenas uma fatia do processo. A educação neoliberal envolve fins de lucro direto (repasso de dinheiro público para a iniciativa privada) e também o controle ideológico, moral, subjetivo da educação (percebemos isso a partir da formação de novas lideranças políticas que interferem diretamente na criação das leis).

Na perspectiva da autora, algumas características do neoliberalismo escolar são: a escola vista como uma empresa, os estudantes são clientes/ consumidores e os professores são prestadores de serviços. Além disso, são escolas alinhadas com o mercado, com uma fachada de inovação, mas que adotam o modelo da empresa privada como referência (eficiência, agilidade, meritocracia, educação como mercadoria), levando o estudante a sentir-se livre e autônomo dentro dessa exploração⁷.

Marrach (1996), afirma que isso é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.

Por trás de um discurso de responsabilidade social das empresas, está a pretensão do controle ideológico, Mordente (2020, p. 46), defende que “mudar os métodos de ensino não é suficiente para mudar a dimensão ético-política da educação”. O problema é estrutural, as desigualdades precisam ser mantidas para sustentar a ordem capitalista⁸. Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica (Freire, 1981, p. 73).

Considerações finais

O presente trabalho teve a pretensão de demonstrar a importância de compreendermos o processo de fascistização ocorrido no Brasil nas últimas décadas, culminando com o governo Bolsonaro. De acordo com Calil, (2020), de inúmeras formas Jair Bolsonaro tentou impor seu projeto de fascistização, ampliando o negacionismo científico, utilizou da pandemia para reforçar seu vínculo com a base fascista mais radical, estimulando mobilizações de seus adeptos, reforçando seus vínculos com a grande burguesia brasileira ao fazer avançar as reformas ultraliberais, com a desregulamentação das relações de trabalho e das medidas de proteção ambiental e o desmonte da proteção social (Calil, 2020, p. 116).

⁷ Em sua pesquisa de pós-doutorado, o professor Tiago Santos Salgado, explica que uma das principais características do neoliberalismo é que sua lógica continua se reproduzindo, ele exemplifica seu raciocínio a partir do caso chileno, classificado por ele como “*um laboratório de experiências neoliberais*”. De acordo com o autor, o que a experiência chilena deixou bem claro é que o neoliberalismo “não é o estado mínimo”, muito pelo contrário, o neoliberalismo é um estado máximo, na repressão, no controle social, na construção de uma lógica social institucional e jurídica que permita o mercado a se reproduzir e explorar a mão de obra dos trabalhadores ao máximo. Trecho disponível na vídeo aula “*A forma política do Neoliberalismo*”, ministrada pelo Professor Tiago Santos Salgado (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WXTIs9TBFDw>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

⁸ De acordo com Salgado, mesmo que as privatizações não funcionem na prática (na realidade propriamente dita), o discurso neoliberal se impõe. Apesar de seu fracasso econômico tem seu êxito ideológico. Trecho disponível na vídeo aula “*A forma política do Neoliberalismo*”, ministrada pelo Professor Tiago Santos Salgado (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WXTIs9TBFDw>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

Também buscou-se refletir sobre os grupos fascizantes e suas atuações no âmbito da educação, que influenciaram as ações do governo promovendo projetos elaborados para atender às demandas desses grupos governamentais e políticos ideológicos. Pudemos observar que as intervenções do Banco Mundial nas políticas públicas educacionais deixa evidente a expansão das políticas coniventes com o capital internacional, restringindo a educação ao papel de reproduzir a força de trabalho, e formar ideologicamente conforme os interesses do capital.

Vimos ainda, que o projeto educacional neoliberal foi concebido para realizar determinados objetivos específicos. Nesse sentido, o processo de produção de significados, bem como aquilo que deve ser ensinado está sempre ligado ao modelo de sociedade que se almeja, e as relações de poder, estão intrinsecamente ligadas ao modo como as propostas educacionais são construídas, considerando que, os significados e conceitos alteram-se no espaço-tempo, sendo coniventes com a ordem política e ideológica vigentes. Assim, a imposição da concepção de mundo da classe dominante que exerce o poder e a hegemonia permite garantir a direção política e moral da sociedade a partir de mecanismos utilizados para introduzir, manter e reproduzir as ideologias.

Finalizamos este artigo com uma citação de Mészáros (2005, p. 230), que

entende que pode haver uma transformação radical da educação, que poderia deixar de ser “mero instrumento da hegemonia burguesa” e passar a ser um ‘órgão de autodesenvolvimento e automediação consciente’ que inspire os indivíduos a produzirem “segundo as suas verdadeiras capacidades humanas”. É diante dessa questão que os educadores e as educadoras estão colocados. E, aí, não podemos nos deter ao processo formal de educação, mas à educação como um sistema de internalização (Mészáros, 2005, p. 230).

E por fim com uma colocação da professora Marlene Lucia Siebert Sapelli⁹ (2023), enfatizando que “estamos vivendo em tempos sombrios de organizar a educação, pela via oficial, a partir da censura, do controle, da padronização e do seu empresariamento. Tempos difíceis de enfrentar (...), tempo de muita resistência e luta!” (Sapelli, 2023, p. 10).

⁹ Citação presente no prefácio do documento “20 Anos de lutas e resistência na Educação do Campo: Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida (2023)”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. UFPE. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?lang=pt_format=pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2024.
- APP- Sindicato dos professores e funcionários de escola do Paraná. **Parceiro da escola autoriza privatizar as escolas da rede estadual do Paraná**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/>. Acesso em: 04 de jun. de 2024.
- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.
- APPLE, Michael. **Política cultural y educación**. Madrid: Ediciones Morata. 1996.
- CALIL, Gilberto Grassi. A Democracia e a repressão nas jornadas de junho de 2013. In: SILVA, Carla Luciana; *et al.* **Ditaduras e Democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre, Editora FCM: 2014, p. 217.
- CALIL, Gilberto Grassi. **Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização**. Materialismo Storico, n° 2 (vol. IX), 2020.
- CARCANHOLO, Marcelo D. **Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid, Maia Ediciones, 2017.
- CHAGAS, Ana Paula Borges. **A educação básica no governo de Jair Bolsonaro: Discursos e proposições**. Monografia, TCC. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. GO, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19898>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2a ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 2008.
- CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Relembre 7 desastres do governo Bolsonaro na educação pública**. 2022. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75466-conheca-os-7-desastres-do-governo-bolsonaro-na-educacao-publica-no-brasil>. Acesso em: 23 de jan. de 2024.
- D’AVILA, Jaqueline Boeno. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**. Dissertação de Mestrado. Guarapuava: Unicentro, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume III: Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.
- LAVAL, Christian. **O ataque estratégico do neoliberalismo à educação**. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>. Acesso em: 07 de jun. de 2024.
- LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo, N-1 Edições, 2019, p. 9.

LOBO, T. (1990). **Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental**. *Cadernos De Pesquisa*, (74), 5–10. 1990. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1078>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MELO, Alessandro de. **O Projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a Educação Básica nos anos 2000**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba-Pr, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORDENTE, Giuliana V. **Sobre vãos e gaiolas: uma análise de processos de subjetivação em escolas democráticas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em psicologia. Rio de Janeiro, 2020.

PARANÁ, Assembleia Legislativa do. **Institui o Programa Parceiro da Escola**. Lei 22.006 de 04 de junho de 2024. Disponível em: [Lei Ordinária 22006 2024 do Paraná PR](#). Acesso em: 30 de maio de 2025.

PORTO, Patrícia Rosas; MUTIM, Avelar Luiz Bastos. **Políticas Conservadoras na educação básica: a regulamentação do Plano Pedagógico Individual da educação domiciliar, as implicações para a Base Nacional Comum Curricular e a sociedade brasileira**. *Práxis Educativa (UEPG. ONLINE)*, v. 15, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15358.086>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15358> . Acesso em: 20 jan. 2024.

SALGADO, Tiago S. **“A forma política do Neoliberalismo”**. Vídeo aula ministrada pelo Professor Tiago Santos Salgado (2024). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WXTls9TBFDw>. Acesso em: 13 de jun. de 2024.

SAPELLI; Marlene Lucia Siebert; *et al.* **Organização do trabalho pedagógico a partir da Proposta dos Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo**. Cascavel: Unioeste, 2023, p. (67-131).

Recebido em: 11 de setembro de 2024.

Aprovado em: 30 de abril de 2025.